



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau tem um efeito dinâmico e duradouro, quer na facilitação da comunicação entre as duas bandas do Rio das Pérolas, quer no alargamento do espaço para o desenvolvimento económico de Macau. As obras de construção a cargo de Hong Kong e Zhuhai estão a decorrer sem grandes sobressaltos, mas tal já não acontece no caso de Macau, pois as obras de construção do posto fronteiriço de Zhuhai tiveram início em 31 de Dezembro de 2013, as de construção das caves do posto fronteiriço de Hong Kong e das fundações das instalações complementares já se encontram em curso, e as de construção da ilha artificial em Macau estão a ser executadas a meio vapor, devido aos atrasos verificados nas obras de aterro da Zona A que faz a ligação àquela ponte.

Refere-se nas Linhas de Acção Governativa que, tendo em atenção a questão da jurisdição marítima, bem como da envergadura, das exigências e das dificuldades das obras, aliado ainda ao facto de ser premente o prazo para a sua conclusão, decidiu o Governo adoptar a forma de cooperação regional, entregando a sua execução a empresas da China Continental. Contudo, entende o sector da construção civil que isto resulta do facto de não ter o Governo da RAEM participado, logo no início, na concepção relativamente à parte que cabe a Macau do projecto de construção da ilha artificial e de ter entregado de bandeja essa tarefa a outros. Em resultado, não só o sector da construção civil perdeu a oportunidade de poder ficar com a execução dessa empreitada, mas deixou ainda o Governo de poder exercer uma fiscalização sobre o andamento e a qualidade dessa tão avultada



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

empreitada.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A Administração tem vindo a reiterar, por um lado, a criação de condições para que o sector da construção civil possa ter mais oportunidades para participar na execução das obras públicas, mas, por outro, arranjou mil e um pretextos para entregar a execução das obras de construção do posto fronteiriço a empresas do exterior. Será que isto significa falta de capacidade do sector da construção civil local ou é antes fruto do papel passivo ora desempenhado pelo Governo da RAEM por não ter participado na altura, activamente, nos trabalhos de concepção do projecto, conforme apregoa o sector da construção civil?
2. Ficar a execução das obras de construção do posto fronteiriço nas mãos de empresas da China Continental significa que tudo o que se relaciona com a abertura e selecção de propostas ficará sob decisão do Governo da China Continental. Então, que papel resta ao Governo de Macau e como é que este acompanha e controla o orçamento, o andamento e a qualidade das obras?

18 de Dezembro de 2015

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon